



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

GINÁSIO FIRMINO ALVES: ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

Raimunda Assis*
(UESC)

Elizabeth Salgado**
(UESC)

Poliana Ribeiro***
(UESC)

Erly Ramos de Sousa****
(UESC)

Aretuza Gomes Barbosa*****
(UESC)

RESUMO

O presente trabalho faz parte de um estudo desenvolvido no grupo de pesquisa, História, Política e Educação: sujeitos e saberes, cujo objetivo é analisar o processo histórico de implantação dos ginásios secundários, no município de Itabuna entre as décadas de 1950 a 1980, tendo como categoria de análise a relação entre o público e o privado na conformação dos ginásios locais. Utiliza-se de pesquisa documental, bibliográfica e iconográfica, fontes que proporcionaram dados para a compreensão do objeto em estudo. Os dados levantados permitem afirmar que a implantação do ginásio cenequista Firmino Alves envolveu a participação da sociedade civil organizada; o seu estatuto qualitativo era de caráter semi-público, uma vez que recebia subsídios do Estado e Município; e que por mais de três décadas contribuiu para a formação dos municípios, ofertando o Ensino Secundário e Normal.

* Professora Doutora da Universidade Estadual de Santa Cruz/Departamento de Ciência e Educação (DCIE). Grupo- História, Política e Educação: sujeitos e saberes. E-mail: assisraimunda@hotmail.com

** Mestre da Universidade Estadual de Santa Cruz/ Departamento de Filosofia e Ciências Humanas. (DFCH). Grupo- História, Política e Educação: sujeitos e saberes. E-mail: elizabeths.salgado@ig.com.br

*** Graduanda do V semestre de Pedagogia na Universidade Estadual de Santa Cruz, Bolsista de Iniciação Científica do Programa ICB/UESC. Grupo- História, Política e Educação: sujeitos e saberes. E-mail: polianasoterio@r7.com

**** Graduanda do V semestre de Pedagogia na Universidade Estadual de Santa Cruz. Grupo- História, Política e Educação: sujeitos e saberes. E-mail: erlyramos2009@hotmail.com

***** Graduada em Pedagogia. aretuza26@hotmail.com/ Grupo- História, Política e Educação: sujeitos e saberes.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

PALAVRAS-CHAVE: Ginásios, Público, Privado, Memória.

INTRODUÇÃO

Esse texto apresenta os primeiros dados de uma pesquisa em andamento sobre a implantação do ensino Secundário na cidade de Itabuna-Ba, no período compreendido entre 1950 a 1980. A investigação tem o objetivo de analisar o processo de implantação das principais escolas de cursos secundários instituídas no Município, considerando o caráter público e privado ao longo de suas trajetórias; o processo histórico de implantação; o papel dos intelectuais e dos governantes e o envolvimento da sociedade civil organizada. As análises partem do pressuposto do materialismo histórico dialético, cujo intento é explicar a realidade a partir do processo de desenvolvimento histórico, reconhecendo os aspectos sociais, econômicos e políticos como fatores decisivos às mudanças anunciadas na organização do ensino local. Os dados coletados, até o momento, apontam que a implantação e expansão do ensino de nível secundário (os ginásios) na cidade de Itabuna foram resultantes da ação organizada da sociedade civil em parceria com o município.

Para que se possa ter o panorama sobre a educação brasileira, precisamos compreender qual foi o papel que o Estado desempenhou no desenvolvimento das políticas de educação em nossa história. Essa temática é muito recorrente e importante para o entendimento da questão do caráter público e privado da educação em vários momentos. Autores como Saviani (2008); Sanfelice (2005); Severino (2005) evidenciam importantes discussões sobre esses conceitos. Tais estudos nos ajudam a compreender a incorporação do público e do privado enquanto categorias para análise da educação brasileira.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

Os estudos de Severino (2005), sobre o caráter público e privado da educação brasileira, são dispostos em três períodos histórico-sociais distintos. O primeiro período tem início com a Colonização do Brasil e vai até a Revolução de 1930. O autor explicita que neste período, o termo público não tem espaço no contexto cultural da época, uma vez que a educação escolar até as primeiras décadas da República estava sob o poder da Igreja, que desempenhava o papel de evangelizar o povo na fé católica. Nessa prática, não se vê nenhum poder estatal, já que a experiência está além do plano material, isentando o Estado de compromissos reais para com a sociedade.

O segundo momento é caracterizado pelo desenvolvimento do capitalismo com o fortalecimento da produção industrial no Brasil, através da diversificação da produção. Severino (2005), afirma que nesse período, o novo modelo de organização social guiada pelo iluminismo político e pelo liberalismo clássico provocou conflitos com a tradição ideológica da Igreja Católica, com repercussão no campo educacional. O autor argumenta que, a partir da Revolução de 1930, o Estado brasileiro “consolida-se e implanta o sistema público de ensino” (SEVERINO, 2005, p.33).

Após o fim do primeiro governo Vargas, o baiano Clemente Mariani retoma as atividades políticas, eleito Deputado da Assembléia Nacional Constituinte pela União Democrática Nacional (UDN), partido que congregava os opositores da política varguista. Entre 1946 e 1950, foi o titular do Ministério da Educação e Saúde, apresentando uma proposta de reforma geral para a educação nacional, discussão que durou treze anos, aprovando-se a Lei de Ensino 4.024/61 (CEDIC-Centro de documentação e informação cultural da Bahia).

Severino (2005) prossegue em suas considerações declarando que o golpe militar de 1964 inaugura um terceiro período da política educacional brasileira, em que, mais uma vez, o sentido da categoria público sofre alterações. Há uma minimização



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

do papel estatal em todos os campos. A consequência dessa postura é a implantação de políticas educacionais que deixam de ter um compromisso público e passam a atender interesses particulares de grupos que se tornam hegemônicos, os empresários do ensino que tem a finalidade de atender a demanda social marcada pelas leis do mercado. Daí então se instaura essa ambiguidade, que ainda hoje vivemos, a respeito da dimensão do que é público ou privado na condução das políticas sociais.

Por fim, a análise da compreensão da historicidade da construção dos conceitos de público e privado, elaborada por diferentes autores, sinaliza para as dificuldades encontradas na delimitação do seu campo, visto que, estas categorias estão vinculadas aos contornos políticos que o Estado assume em diferentes épocas. Na importante análise dos autores, há concordância entre eles de que o conceito que historicamente foi construído tem significado social burocrático, consagrando o termo público como sinônimo de estatal e o privado, não estatal, civil

Ginásio Firmino Alves de Itabuna-Ba

Na década de 1950 o número de escolas secundárias no município ainda era muito pequeno para atender a demanda instalada. As lideranças locais e os poderes públicos reconheciam a necessidade deste nível do ensino para que o município saísse do atraso cultural e econômico pela via da educação. Na busca por alternativas, estabeleceu contatos com a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG) ²²³.

²²³ A CNEG teve início em julho de 1943, em Recife, e inicialmente foi denominada de Campanha do Ginasiano Pobre (CGP) sobrevivendo apenas de doações, angariadas pelos seus participantes. Após uma mudança de direcionamento político se torna a Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos (CNEG), já que, para seus idealizadores o termo pobre tem um caráter paternalista (SILVA 2008).



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

Em 1952 houve um movimento pela democratização do ensino secundário no município organizado pela sociedade civil com intensa participação dos poderes públicos. As lideranças estabeleceram os contatos com a CNEG através do jornalista e cacauicultor Otonni Silva e pelo Desembargador e juiz titular da Vara Crime da Comarca do Município, Dr. Claudionor Ramos. Esta ação ganha força com a vinda a Itabuna do Sr. Felipe Tiago Gomes, fundador da CNEG.

Assim, neste mesmo ano, no dia 7 de setembro, o Sr. Felipe Tiago implanta o 1º Diretório Municipal da “Campanha Nacional de Educandários Gratuitos” na Bahia. No ato de instalação do Diretório, foram declarado para as autoridades presentes, lideradas pelo juiz de Direito local, Dr. Claudionor Ramos, os objetivos da Campanha, e os procedimentos para a fundação do diretório local. Este ato foi considerado importante para o desenvolvimento da educação no município porque visou atender dois imperativos da sociedade: o ideário nacionalista-desenvolvimentista da época e o aumento da demanda educacional, para níveis mais avançados, cursos secundários no turno noturno para os jovens itabunenses trabalhadores com vistas ao desenvolvimento econômico da região.

O ato de fundação do primeiro Diretório Municipal da CNEG na Bahia em Itabuna ocupou as páginas do jornal “A Tarde de Salvador”, do dia 3 de outubro de 1952, anunciava em seção especial, “Notícias de Itabuna”, a fundação do “ginásio noturno gratuito” como “um dos mais importantes números do programa comemorativo do Dia da Independência”, destacando que a finalidade do órgão era a de “ministrar instrução secundária aos desfavorecidos da fortuna” A notícia também informava que foi escolhido para assumir a presidência do ginásio, o Dr. Claudionor Ramos. Ele propunha trabalhar para ampliar o acesso à educação e qualificação das camadas menos favorecidas, que normalmente dividem seus horários entre os estudos e o trabalho.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

Logo após o ato de instalação do Diretório Municipal foi aprovado o Regimento Interno do novo educandário, sendo publicado na edição nº. 1.060 do Jornal Oficial de Itabuna, do dia 20 de setembro do mesmo ano. Assim, foi efetivada a criação do “Ginásio Firmino Alves”, nome em homenagem a um dos fundadores da cidade, nas palavras de Assis (2011).

Em 27 de março de 1953, foram iniciadas as atividades da primeira escola cenequista da Bahia, em Itabuna. A criação do “Ginásio Firmino Alves” foi o motivo que os representantes políticos e pessoas influentes de municípios, vilas e cidades circunvizinhas, precisavam para reivindicar o acesso ao ensino secundário em suas localidades. Atendendo simultaneamente aos apelos que lhe chegava, Claudionor Ramos iniciou o processo de implantação dos educandários da CNEG na Bahia. Ele acreditava que poderia contribuir com a expansão do ensino secundário na região. Ainda no ano de 1953, foram criados os ginásios “14 de Agosto” de Ibicaraí, e “Henrique Alves” de Buerarema, ligados diretamente a Itabuna, além dos ginásios de Itajuípe e Ubaitaba. Assim, os ginásios “gratuitos” começaram a se espalhar rapidamente pelo Estado (ASSIS, 2011).

A Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG) teve uma presença importante na educação brasileira, atuando da educação infantil ao ensino superior, em todos os Estados da Federação. Segundo Assis (2011), a fundação da CNEG na Bahia, ocorreu no ano de 1952 e, sabe-se que até o ano 1987, era o Estado que possuía o maior número de escolas e de matrícula da rede cenequista (do total de 1.187 escolas no país a Bahia possuía 201 e do total de 443.118 alunos tinha 77.771) Assis (2011).

O ideário desenvolvimentista que dominava a Região motivava a expansão do ensino secundário na Bahia, a sociedade e os representantes políticos empenhavam-se a esta possibilidade de ampliar o ensino secundário através da CNEG. Foi com este ânimo que o Dr. Claudionor Ramos iniciou o processo de

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

implantação dos educandários da CNEG na Bahia de forma rápida. Inicialmente expandiu-se na região seguindo por todo o Estado, conforme podemos constar no quadro abaixo

Quadro I - Educandários da CNEG em Funcionamento na Bahia (década de 1950)

Nº ord.	Ano de fundação	Nome da escola	Município
01	1952	Ginásio Firmino Alves	Itabuna
02	1953	Ginásio Sete de Setembro	Itajuípe
03	1953	Henrique Alves Itabuna	Buerarema
04	1953	Ginásio 14 de Agosto	Ibicaraí
05	1953	Ginásio Ubaitabense	Ubaitaba
06	1953	Ginásio Dr. Luis Coelho	Inhambupe
07	1954	Ginásio São Judas Tadeu	Irará
08	1956	Ginásio Santo Antonio	Caravelas
09	1958	Escola Comercial de Santa M ^a da Vitória	Santa Maria da Vitória
10	1958	Escola Comercial de Correntina	Correntina
11	1959	Escola Normal Noturno Firmino Alves	Itabuna

Fonte: Relatório de Atividades da CNEG, Julho 1958 a Junho 1959. In Assis, Daisy Morais de a Campanha de Educandários Gratuitos (CNEG) e a nova organização escolar: histórias da educação no Município de Ibicaraí/BA.

Vale ressaltar, que as ações em favor da implantação do curso secundarista para os jovens trabalhadores na Região teve uma participação importante dos movimentos de trabalhadores, organizações sociais, das lideranças estudantis, dos professores leigos e do poder público de cidades circunvizinhas, como Buerarema, Itapé, Itajuípe e outros municípios, segundo notícias veiculadas nos jornais de circulação regional.

O Ginásio Firmino Alves foi implantado após muitas investidas na busca de espaço adequado para as suas instalações e da organização do corpo de professores. A escola cenecista foi abrigada, inicialmente, no prédio da Escola Técnica do



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

Comercio, situada à Praça da Bandeira, no centro da cidade, depois de realizada a inspeção, no dia 27 de março de 1953.

Para o ingresso no ginásio, os estudantes realizavam um exame de admissão que possuía um caráter eliminatório. A convocatória ocorria por meio dos jornais locais, na forma de editais, listando os requisitos para a inscrição. Exigia-se o pagamento de uma taxa de “NCr\$z 10,00 cruzeiros novos” (Diário de Itabuna, 1969). E uma contribuição mensal de uma quantia de Cr\$ 50 (cinquenta cruzeiros), além da compra de fardas, materiais didáticos (Diário de Itabuna 1962a).

Após sete anos de funcionamento do Ginásio Firmino Alves da CNEG houve a implantação do Curso Normal noturno para qualificar, de modo particular, os professores leigos do município e cidades circunvizinhas que ministravam aulas no ensino fundamental na cidade e no campo. Com a criação desse curso, a matrícula da escola cenequista ampliou significativamente advindo alguns problemas que impediam o seu pleno funcionamento. Destacamos especialmente a falta de um prédio próprio e a deficiência de recursos financeiros gerada pela falta de pagamento das prefeituras parceiras e inadimplência dos sócios e alunos sócios.

Durante a pesquisa no Centro de Documentação e Memória Regional – CEDOC da Universidade Estadual de Santa Cruz- UESC, encontramos no jornal Diário de Itabuna varias notícias sobre a movimentação dos estudantes para a construção de um prédio escolar. Diziam que depois de funcionar desde a sua inauguração no prédio da Escola Comercial continuavam em espaço cedido, agora ocupando as instalações do Ginásio Estadual, com acomodações precárias não atendendo bem a nenhuma das duas instituições (Diário de Itabuna Ano 1962b).

No mesmo jornal afirmam que a inexistência de uma sede própria do GFA era de responsabilidade da própria diretoria do ginásio que nunca se preocupou efetivamente com essa necessidade porque acumulavam funções. E propõe, ainda, uma mudança no estatuto que garantiria, a partir daquela data, o desempenho dos



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

diretores apenas nas funções relativas a seu cargo, ficando vetado atuar em outras instituições. O jornal Diário de Itabuna no ano de 1962b conclui a nota afirmando que a falta de uma instalação adequada também impedia o pleno desenvolvimento das atividades do ginásio, conforme citação abaixo:

[...] concluímos também que o ginásio não mais se expandiu foi graças à falta de prédio próprio, sempre viveu de acomodações provisórias sem ter se preocupado com a construção de sua casa. Depois de nove anos de atividades ininterruptas, se vê com o dilema da construção para sobreviver. (DIÁRIO DE ITABUNA, 1962b)

As notícias de jornais sobre as carências pedagógicas e necessidade de construção da sede própria para o GFA eram reincidentes. No ano de 1962 foi identificada a seguinte manchete: “Pela construção do Ginásio Firmino Alves”. A nota relata o entusiasmo dos estudantes em busca da construção de uma sede própria. Eles convocavam a sociedade itabunense para uma campanha com o objetivo de angariar fundos para a construção do colégio, sonho da comunidade local, particularmente os trabalhadores do comércio.

O Curso Normal do Colégio Firmino Alves, no ano de 1967 realizou a formatura de cinquenta novas professorandas. Segundo o jornal Diário de Itabuna 1967 houve uma programação com missa solene na Matriz de São José e Colação de Grau no Salão Nobre da Loja Maçônica Areópago Itabunense. Esse evento teve uma grande participação dos membros da sociedade, demonstrando a importância e o respeito que representava a formação destes profissionais.

Nesse ambiente festivo, o sonho pela construção da sede própria da escola mais uma vez renascia. O movimento ganha fôlego com a campanha lançada pelo grêmio literário Jose Bastos em parceria com a direção da escola. No ano seguinte 1968, o GFA lança a pedra fundamental para a construção da escola. O terreno, de



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

aproximadamente cinco mil metros quadrados foi doado pelo Sr. Martinho da Conceição e ficava localizado próximo a Escola Ação Fraternal. A previsão de construção dessa obra teve o apoio do poder público municipal. Segundo a nota do jornal, o prefeito Sr. Raimundo do Lima compromete-se com a liberação dos recursos assegurados em lei, pela câmara Municipal de Itabuna para o educandário. Declarou ainda, que essa verba, certamente, asseguraria o início da construção do ginásio secundário com modernas instalações (Jornal Diário de Itabuna 1968a).

O outro grave problema que a instituição vivenciava era a falta de recursos financeiros. Os estudos de Barreto (1995) apontam que a implantação de uma escola cenicista nos municípios estava vinculada ao apoio do poder público local, conforme esclarecimento abaixo:

[...] a criação dos ginásios cenicistas se encontrava vinculada a uma política de aproximação da Campanha com os poderes públicos locais, fator que se constituía no cumprimento de um dos pré-requisitos para a instalação dos educandários da CNEG, que tinha por finalidade a captação de recursos para garantir a criação e manutenção dos educandários “gratuitos” (BARRETO apud ASSIS, 2011).

Nessa perspectiva ficava patente a responsabilidade do poder público do Município de Itabuna em contribuir para a manutenção financeira do “ginásio gratuito da CNEG”. Assim, o vereador João Batista de Assis, frente ao legislativo municipal e com o aval de Claudionor Ramos encaminhou o projeto de lei 26/53, para ser discutido na Câmara dos Vereadores de Itabuna. Ficando aprovada a criação da taxa de 2%, sobre os impostos cobráveis pela Prefeitura, para a manutenção e funcionamento dos Ginásios da CNEG no município.

No ano de 1968, o senhor João França Santana, presidente local da CNEG, noticiou em entrevista ao mesmo jornal local, o aumento da contribuição paga pelos alunos



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

da Escola Firmino Alves. Justificava que, o reajuste visava assegurar a manutenção da instituição, uma vez que, o problema financeiro do colégio era grave em virtude de: inadimplência dos alunos pagantes; número de bolsistas existentes; falta dos pagamentos dos convênios firmados com a prefeitura local e demais cidades circunvizinhas. Esclareceu, ainda, que o aumento nas contribuições seria discutido em uma reunião com todos os sócios, e apresentando os motivos e os valores do possível aumento. Na reportagem, a Profa. Litzia Câmara, diretora geral da instituição, ratifica os problemas pedagógicos e financeiros enfrentados pelo curso ginásial e médio (Diário de Itabuna 1968b).

Através dos dados levantados, até o momento, constata-se que a questão do caráter público e privado do ensino secundário no Município de Itabuna, nesse período, era algo ambíguo, considerando-se que os recursos públicos não eram destinados somente às escolas públicas. Sendo assim, o espaço público e privado confundia-se demonstrando a abrangência que o termo ocupa.

Se de um lado, havia ausência do Estado na implantação de uma política pública para este nível do ensino, por outro lado, as escolas secundárias existentes eram financiadas pelos órgãos públicos conforme previa lei municipal, além de outras parcerias através da concessão de professores, funcionários administrativos, material de limpeza e conservação dos prédios. Diante dessa ambiguidade as escolas secundárias de Itabuna assumiam o caráter de educandários semi-públicos. Conforme demonstra este fragmento do “Jornal Diário de Itabuna” sobre o Ginásio Firmino Alves:

Municipalização ou não? Eis a “grande” questão. A Campanha Nacional dos Educandários Gratuito mostra-se impossibilitada para manter o Firmino Alves sob sua orientação, logo a municipalização é justa. Não causa nenhum mal. Pois o GFA vive, de qualquer forma de verbas municipais (Diário de Itabuna, 1962c).



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

CONCLUSÕES

O artigo ao reconstituir o processo de desenvolvimento histórico do Ensino Secundário no Município de Itabuna, procurou delinear o caráter público e privado das Instituições. Foi possível entender que, os conceitos de público e privado elaborados estão imbricados aos contornos políticos assumidos pelo Estado em cada momento histórico, tornando, portanto, difícil entender o quanto as escolas estudadas no período configuravam-se como privadas ou públicas.

Ao estabelecer a relação entre o caráter público e privado nos ginásios locais a pesquisa sinaliza para a existência de instituições com um caráter de ambiguidade e até mesmo de relações conflituosas quanto ao seu estatuto qualitativo se público ou privado. Desta forma, podemos dizer que as escolas secundárias da época tinham o caráter de escolas semipúblicas, porque embora fossem entidades com personalidade jurídica privadas ou escolas comunitárias recebiam financiamento do poder público, através de subvenções, contratação de funcionários de serviços gerais e outros serviços que eram convertidos em bolsas de estudo para os alunos das camadas populares que tivessem as “melhores notas” no ensino primário.

No que diz respeito ao Ginásio Firmino Alves a questão do público e do privado foi bastante conflituosa, especialmente pela falta de recursos financeiros, demandando dos alunos contribuições periódicas. Mesmo diante das inúmeras dificuldades, foi possível perceber, que essa instituição prestou um grande serviço à sociedade grapiúna, sendo um mecanismo de ampliação das possibilidades educacionais para os sujeitos, assegurando a formação de um grande número de pessoas, que contribuíam para o desenvolvimento da região, atendendo principalmente uma população menos favorecida.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Dayse Laraiane Moraes de. **A campanha nacional dos educandários Gratuitos (CNEG) e a nova organização escolar**: histórias e memórias da educação no município de Ibicarai/BA. Disponível em: <<http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/535DaisyLairaneMoraisAssis.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2011.
- CEDIC- **Centro de documentação e informação cultural da Bahia** Disponível em: <<http://www.fcmariani.org.br/cmariani.htm>>.
- Jornal Diário de Itabuna 1969.
- Jornal Diário de Itabuna, 1962a.
- Jornal Diário de Itabuna, 1967a.
- Jornal Diário de Itabuna, 1967b.
- Jornal Diário de Itabuna, 1962b.
- Jornal Diário de Itabuna, 1962c.
- Jornal Diário de Itabuna, 1968a.
- Jornal Diário de Itabuna, 1968b.
- SAVIANI, Dermeval. Predominância da Pedagogia Nova In: **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas/SP: Autores associados. 2. ed. rev. ampl. Cap. 9, p. 277-97. 2008.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. O público e o privado como categoria de análise em educação. In: **O público e o privado na História da Educação brasileira**: concepções e práticas educativas.
- SILVA, Vera Lucia Alvim. **História e memória**: a escola normal do ginásio Firmino Alves. (Monografia obtenção de graduação). Ihéus: Departamento de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Santa Cruz, 2000. 74f.
- SILVA, Ronalda Barreto. O comunitarismo cenecista. In: **Educação Comunitária**: além do Estado do mercado a experiência da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CENEC (1985-1998). Campinas/SP: Autores Associados. Cap. 3, p. 91-119, 2003.